

Sistema de Justiça Pacificador e Agenda 2030



**Ciclo Internacional de Estudos
em Direitos Humanos**

Conselheira Maria Tereza Uille Gomes

Fev/2020



Tópicos

- Sistema ONU
- Sistema Político no Brasil
- Sistema de Justiça Pacificador



Guerras Mundiais x Direitos Humanos

Breve História do Século XX



I Guerra Mundial (1914-1918): + de 9 milhões mortos

- Liga das Nações (1919-1946) reunir as nações e por meio da mediação e arbitragem manter a paz
- Brasil aderiu como membro fundador

II Guerra Mundial (1939 - 1945): 70 milhões de mortos

- Holocausto - armas nucleares - conflito mais letal da história
- ONU - estabelecida por tratado em 1945 – Carta das Nações Unidas
- A Carta foi promulgada no Brasil pelo Decreto 19.841, de 22.10.1945.
-  começou a existir oficialmente em 24/10/1945



➤ **Problemas:** Violência e Violações de Direitos Humanos

➤ Inovações:



Conselheira Maria Tereza Uille Gomes

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Sistema ONU

Propósitos

- ✓ Manter a paz e a segurança
- ✓ Relações amistosas entre as nações
- ✓ Cooperação internacional para resolver os problemas mundiais **promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais**

Princípios

- **Meios pacíficos para solução de controvérsias internacionais**, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais





Sistema ONU

São 193 Estados-membros



Órgãos Principais:

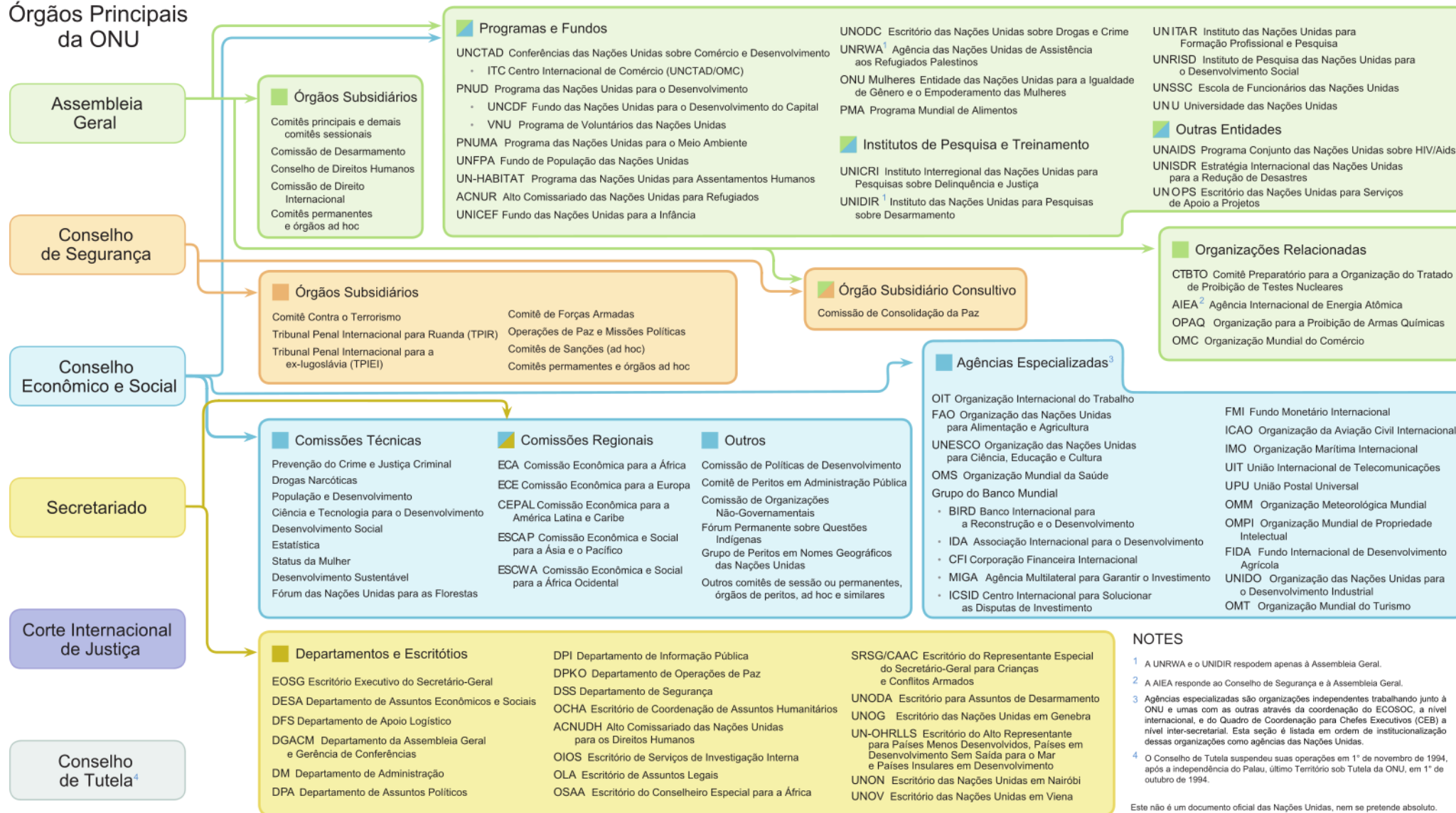
- Assembleia Geral
- Conselho de Segurança
- Conselho Econômico e Social
 - Secretariado
- Corte Internacional de Justiça
 - Conselho de Tutela





O Sistema das Nações Unidas

Órgãos Principais da ONU



NOTES

- ¹ A UNRWA e o UNIDIR respondem apenas à Assembleia Geral.
- ² A AIEA responde ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral.
- ³ Agências especializadas são organizações independentes trabalhando junto à ONU e umas com as outras através da coordenação do ECOSOC, a nível internacional, e do Quadro de Coordenação para Chefes Executivos (CCE) a nível inter-secretarial. Esta seção é listada em ordem de institucionalização dessas organizações como agências das Nações Unidas.
- ⁴ O Conselho de Tutela suspendeu suas operações em 1º de novembro de 1994, após a independência do Palau, último Território sob Tutela da ONU, em 1º de outubro de 1994.

Este não é um documento oficial das Nações Unidas, nem se pretende absoluto.

Assembleia Geral



É composta pelos 193 Estados Membros da Organização

Principal órgão **deliberativo** da ONU

Todos os Estados possuem direito a um único voto

Após a votação são editadas **Resoluções**

Elas funcionam como Recomendações, **ressaltando que não possuem caráter obrigatório**

A Assembleia Geral se subdivide em quatro espécies de órgãos subsidiários:

- **Conselho de Direitos Humanos**
- **Comissão de Desarmamento**
- **Comissão de Direito Internacional**
- **Comitês permanentes e os órgãos ad hoc**



Histórico do Sistema ONU – mais de 70 anos

1946 - Primeira Assembleia Geral da ONU

1948 - A Assembleia Geral proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos - traduzida em mais de 500 idiomas - inspirou várias Constituições. Estabelece pela primeira vez a proteção universal dos direitos humanos. (Res 217 A, III)

2000 – Na 55ª Assembleia foi aprovada a **Agenda 2015**, e os Objetivos do Milênio (ODM). (Res A/RES/55/2)



2006 - Criação do **Conselho de Direitos Humanos** – órgão subsidiário

2015 - Os países comprometeram-se a tomar medidas para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás. Documento: Transformando o Nosso Mundo: A **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. (A/70/L.1)



Sistema ONU e Direitos Humanos

Organismos Permanentes:

✓ O Conselho de Direitos Humanos

✓ Procedimentos Especiais

✓ Organismos de Tratados da ONU

✓ Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)



O que é a Agenda 2030?

- 🌐 Agenda de Direitos Humanos aprovada em Assembleia Geral pelos 193 Estados membros que integram a ONU, inclusive o Brasil
- 🌐 Baseada na solução pacífica de controvérsias
- 🌐 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- 🌐 169 Metas
- 🌐 231 Indicadores
- 🌐 Instituída pela Resolução [A/Res 70/1](#) de 05/09/2016 da Assembleia Geral da ONU
- 🌐 Abrange várias dimensões dos Direitos Humanos
- 🌐 Núcleo Central: Dignidade da Pessoa Humana

OBJETIVOS GLOBAIS para o Desenvolvimento Sustentável



Agenda 2030 – 5 P's





O Brasil e Agenda 2030



- 🌐 O Brasil, por força do Decreto 19.841/45 que promulgou a Carta das Nações Unidas, é Estado-membro que integra a Organização das Nações Unidas desde o seu nascimento (1945) e assumiu o compromisso formal de cumprir as deliberações emanadas de seus Órgãos, em especial, a DUDH aprovada em Assembleia Geral e integralmente recepcionada pela Constituição Federal.
- 🌐 O Brasil, em suas relações internacionais, rege-se pelo princípio da solução pacífica de conflitos e a prevalência dos Direitos Humanos (CF/88. Art. 4º, II)
- 🌐 O Brasil é membro do [Conselho de Direitos Humanos](#) da ONU, recentemente reeleito para o mandato 2020/2022, e assumiu compromisso formal de cumprir a Revisão Periódica Universal por meio da rodada de indicações de outros Países – O Brasil recebeu **246 recomendações de 99 Países**. 242 foram aceitas.
- 🌐 Como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil reiterou seu compromisso de cumprir os ODS por meio das **Revisões Periódicas Universais (RPU)**s).
- 🌐 Um dos requisitos para o Brasil ingressar na OCDE é o compromisso com a Agenda 2030.
- 🌐 O PPA fruto de discussão e aprovação pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional) e Poder Executivo (Presidência da República) tem sinergia direta com os Objetivos, Metas e Indicadores da Agenda 2030
- 🌐 A Agenda 2030 integra um dos projetos prioritários da Secretaria de Governo da Presidência da República. Serão realizadas oficinas de nivelamento de conhecimento com todos os Ministérios até novembro de 2020.
- 🌐 O Poder Judiciário incorporou a Agenda 2030 por meio da Meta Nacional 9.



Interseções Necessárias

-  O que são objetivos?
-  O que são metas?
-  O que são indicadores?
-  A proposta do PPA Nacional/Estadual/Municipal e os Conselhos Econômicos, Sociais e Ambientais e a Agenda 2030



Objetivos, Metas e Indicadores

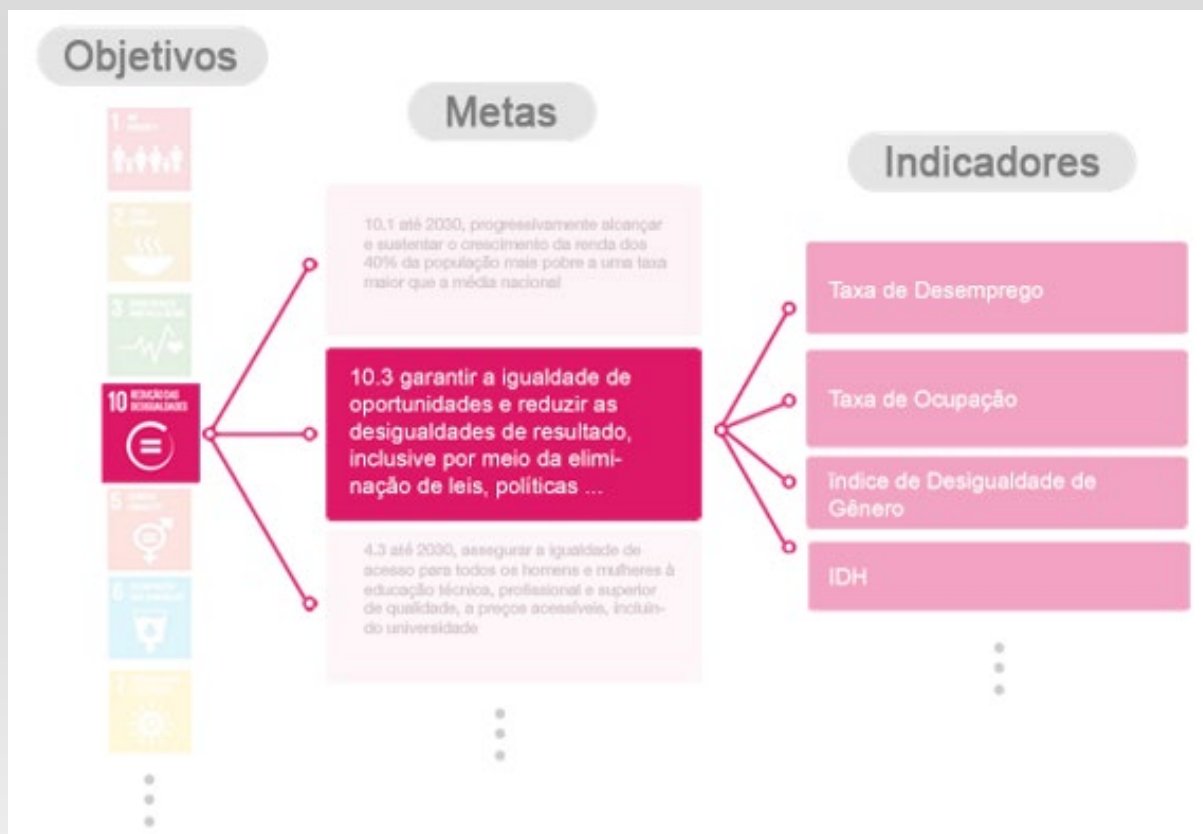
Objetivo - declaração de resultado a ser alcançado que expressa, em seu conteúdo, o que deve ser feito para a transformação de determinada realidade

Meta - declaração de resultado a ser alcançado, de natureza quantitativa ou qualitativa, que contribui para o alcance do objetivo



Indicador - instrumento gerencial que permite a mensuração de desempenho de programa em relação à meta declarada

Fonte: Lei 13.917/19 (PPA 20/23)



GRUPOS TÉCNICOS TEMÁTICOS SOBRE OS ODS	AGÊNCIA(S) COORDENADORA(S)	AGÊNCIAS PARTICIPANTES
ODS1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	PNUD E IPC-IG	Cepal, OIT, Opas/OMS, ONU Mulheres
ODS2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	FAO	PNUD, Opas/OMS, PNUMA, PMA
ODS3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	OPAS/OMS E UNFPA	PNUD, UNODC, Un aids
ODS4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	UNESCO	PNUD, UNFPA, UNODC, PMA, Unicef
ODS5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	ONU Mulheres, UNFPA	PNUD, UNODC, OIT, Opas/OMS, Un aids, Unicef
ODS6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	UNESCO	PNUD, ONU-Habitat, Unops, Opas/OMS
ODS7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	PNUD	Unido, FAO, ONU-Habitat, Unops
ODS8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	CEPAL E OIT	Unido, PNUD
ODS9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	UNIDO E UNOPS	PNUD, ONU-Habitat
ODS10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	CEPAL	PNUD, UNFPA, Unesco, UNODC, OIT
ODS11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	ONU-HABITAT E UNISDR-CERRD	PNUD, UNFPA, Unops
ODS12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	PNUMA	Unido, PNUD, OIT
ODS13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	PNUD E PNUMA	FAO, OIT
ODS14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	UNESCO	PNUD
ODS15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	PNUMA	FAO, PNUD, UNODC
ODS16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	UNODC	PNUD, Unesco, UNV, Un aids, Unicef, OIT

META 16.1

reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares

Indicadores	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Taxa de crimes violentos letais intencionais	Anual	- Sinesp - Senasp - MJ - IBGE - FBSP	Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364	UFs	ODS 3, 4, 5
Taxa de mortes por agressão	Anual	- Sinesp - Senasp - MJ - IBGE - FBSP	Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364	UFs	ODS 3, 4, 5
Taxa de outros crimes letais	Anual	- Sinesp - Senasp - MJ - IBGE - FBSP	Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364	- UFs - Índice dividido em sete categorias: homicídio culposo de trânsito; mortes acidentais no trânsito; outras mortes acidentais; outros crimes resultantes em morte (abandono de incapaz com resultado em morte; maus-tratos com resultado em morte; estupro com resultado em morte); outros homicídios culposos; suicídio; e mortes a esclarecer	ODS 3, 4, 5
Taxa de crimes contra a liberdade sexual	Anual	- Sinesp - Senasp - MJ - IBGE - FBSP	Anuário brasileiro de segurança pública (2014). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364	UFs/índice dividido em duas categorias: estupro e tentativa de estupro	ODS 3, 4, 5

PROGRAMAS	OBJETIVOS	METAS	INICIATIVAS	INDICADORES	ODS	METAS ODS	AGENDAS TRANSV.
54	303	1132	3094	564	17	161	12

ODS / Metas ODS Exercício 2016 2017 2018 2019

Título do Programa	2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversi...	2050 - Mudança do Clima	2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvim...
	60	57	56	54	42

ODS	Descrição	Número de Países
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura	384
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	293
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	235
ODS 1	Erradicação da pobreza	204
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	192

Country	Number of people vaccinated
9.1	256
2.3	118
2.4	99
13.1	88
15.1	79
2.8	78
16.6	74
1.5	70
2.5	70
1.0	70

1 1.1 1.2 1.3 1.4 1.5 1.a 1.b	2 2.1 2.2 2.3 2.4 2.5 2.a 2.b 2.c
3 3.1 3.2 3.3 3.4 3.5 3.6 3.7 3.8 3.9 3.a 3.b 3.c 3.d	4 4.1 4.2 4.3 4.4 4.5 4.6 4.7 4.a 4.b 4.c
5 5.1 5.2 5.3 5.4 5.5 5.6 5.a 5.b 5.c	6 6.1 6.2 6.3 6.4 6.5 6.6 6.a 6.b
7 7.1 7.2 7.3 7.a 7.b	8 8.1 8.10 8.2 8.3 8.4 8.5 8.6 8.7 8.8 8.9 8.a 8.b
9 9.1 9.2 9.3 9.4 9.5 9.a 9.b 9.c	10 10.1 10.2 10.3 10.4 10.5 10.6 10.7
11 11.1 11.2 11.3 11.4 11.5 11.6 11.7 11.a 11.b 11.c	12 12.1 12.2 12.3 12.4 12.5 12.6 12.7 12.8 12.a 12.b
13 13.1 13.2 13.3 13.a 13.b	14 14.1 14.2 14.3 14.4 14.5 14.6 14.7 14.a 14.b 14.c
15 15.1 15.2 15.3 15.4 15.5 15.6 15.7 15.8 15.9 15.a 15.b	16 16.1 16.10 16.2 16.3 16.4 16.5 16.6 16.7 16.8 16.9 16.a 16.b
17 17.1 17.10 17.11 17.12 17.13 17.14 17.15 17.16 17.17 17.18 17.19 17.3 17.5 17.6 17.7 17.9	

Sistema de Justiça

Atores:

- ✓ Poder Judiciário – Judicial e Extrajudicial
- ✓ Funções essenciais à Justiça – MP, DP, AGU e Advocacia
- ✓ Poder Executivo – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas
- ✓ Poder Legislativo – CPI's

Adjetivos para o Sistema de Justiça:

- Inquisitorial
- Acusatório
- Autônomo
- Responsivo
- Pacificador



Sistema de Justiça Pacificador

- ✓ Conjunto de elementos, intelectualmente organizados, que se encontram interligados e interagem entre si, em torno do ideal de JUSTIÇA, um dos valores supremos da Sociedade e do Estado.
- ✓ O ponto em comum a ser seguido pelo atores do Sistema é, antes de tudo, a Solução Pacífica de Controvérsias, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e a Agenda 2030.
- ✓ A Solução Pacífica de Controvérsias se dá por meio do diálogo, técnicas de negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades, acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à escolha das partes envolvidas na controvérsia, que venha a ameaçar a paz e a segurança.



Agenda 2030 no Poder Judiciário – Ano 2018

- 🌐 Posse do Ministro Dias Toffoli
- 🌐 Criação do Comitê Interinstitucional da Agenda 2030
- 🌐 Funcionamento do Comitê
- 🌐 XII Encontro Nacional do Poder Judiciário em Foz do Iguaçu
- 🌐 (Laboratórios + Inteligência + ODS = LIODS)



Agenda 2030 no Poder Judiciário – Ano 2019

- Criação do Observatório Nacional de Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão (CNJ-CNMP)
- 14 LIODS no Brasil
- **Realização do I Encontro Ibero Americano em Curitiba**
 - 🌐 Cooperação CNJ, ONU e CNM
 - 🌐 Criação do LIODS CNJ
 - 🌐 Provimento da Corregedoria Nacional



Agenda 2030 no Poder Judiciário – Ano 2019

- 🌐 Apresentação do Relatório do Comitê Interinstitucional
- 🌐 Criação da Comissão Permanente da Agenda 2030 no CNJ
- 🌐 Apresentações no Panamá em eventos do PNUD com os Países da América Latina e Caribe e no Banco Mundial em Washington - Cumbre dos Poderes Judiciários de 23 Países
- 🌐 XIII Encontro Nacional em Maceió - Aprovação da Meta 9
- 🌐 Prodoc com o Pnud
- 🌐 AJUFE: Encontro em Vitória-ES - Tema: Agenda 2030 no Poder Judiciário



Agenda 2030 no Poder Judiciário – Ano 2020

- 🌐 Curso Modular em LIODS
- 🌐 Inauguração do LIODS no CNJ
- 🌐 II Encontro Ibero Americano (8 e 9 de junho/2020)
- 🌐 Foco Meta 9



Meta 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

- Primeira meta qualitativa do Poder Judiciário Brasileiro
- Foco: elaboração, pelos Tribunais, de um Plano de Ação para Desjudicialização ou Prevenção



Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

COMO CONECTAR A AGENDA COM OS PROCESSOS JUDICIALIZADOS?

- Agenda 2030: 17 Objetivos, 169 Metas e 231 Indicadores
- Judiciário: Macrodesafios, 12 Metas e 2.530 possíveis Indicadores, associados aos Assuntos Processuais

COMO CRIAR INDICADORES DO PODER JUDICIÁRIO RELACIONADOS A AGENDA 2030?

Foram pensados mais de 500 indicadores nos LIODS - atualmente está sendo feito o trabalho DE/PARA – TPU

2º Relatório do Comitê – Objetivo: mostrar quais os temas da Agenda 2030 mais judicializados

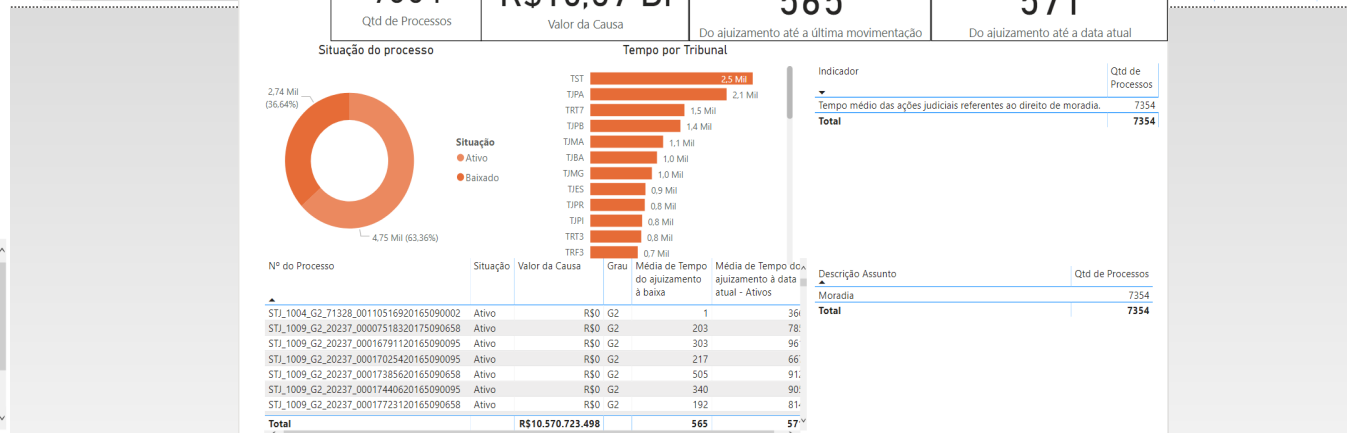
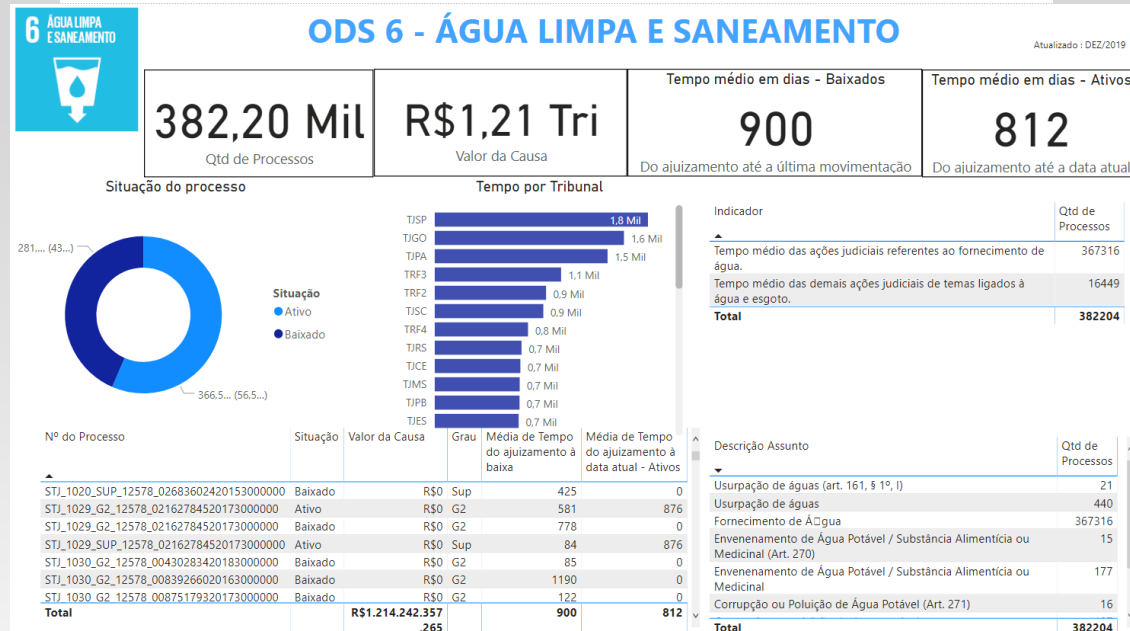
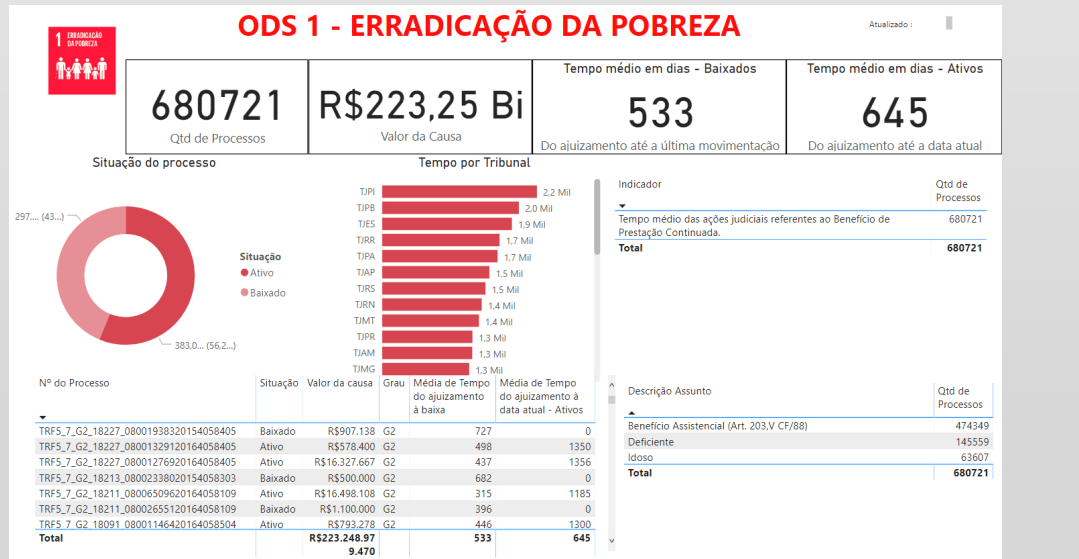


Como Elaborar Estudos de Caso e Planos de Ação

Problema → Metodologia → Solução Pacificadora

- ✓ Escolher um Tema → Entregar um Plano de Ação: 5W2H-IA-Blockchain
- ✓ Indexar a um ODS, Definir a Meta e os Indicadores
 - Desjudicialização
 - Prevenção





Conselheira Maria Tereza Uille Gomes



LIODS – Estudos de caso – Meta 9

- ODS 3  Desjudicialização de Medicamentos
- ODS 17  Desjudicialização da Execução Fiscal
- ODS 16  Desjudicialização - Gestão de Gabinete - BI dos processos do gabinete
- ODS 16  Desjudicialização - Gestão de Gabinete - Improbidade Administrativa - Lei 13.964/2019
- ODS 9, 14, 15    Desjudicialização das ações de desastres com Barragem - Mariana e Brumadinho
- ODS 9, 14, 15    Prevenção de Desastre Humano e Ambiental - Caso de Maceió
- ODS 1, 15   Prevenção via Regularização Fundiária - Operação Faroeste/Bahia e MATOPIBA
- ODS 17  Prevenção e Desjudicialização com integração de Dados Extrajudiciais e Judiciais por Território



LIODS – Estudos de caso – Meta 9

- ODS 17  Prevenção e Desjudicialização de Dados com a AGU para prevenção e Desjudicialização
- ODS 14  Prevenção e Repressão visando Proteger Nascentes, Florestas e Oceanos
- ODS 1, 2, 3    Prevenção da Mortalidade Materna
- ODS 17  Prevenção de Crimes por meio de Indicadores Locais;
- ODS 6  Prevenção de Municípios sem Água de Qualidade e Sistema de Saneamento
- ODS 13, 14, 15    Prevenção de Riscos a Mata Atlântica e Cerrado
- ODS 9, 16, 17    Prevenção de novos desastres envolvendo Mineração, Estado de Calamidade e Estado de Emergência;
- ODS 9, 14   Prevenção e Repressão a Poluição do Oceano e Rios; Problema do Plástico



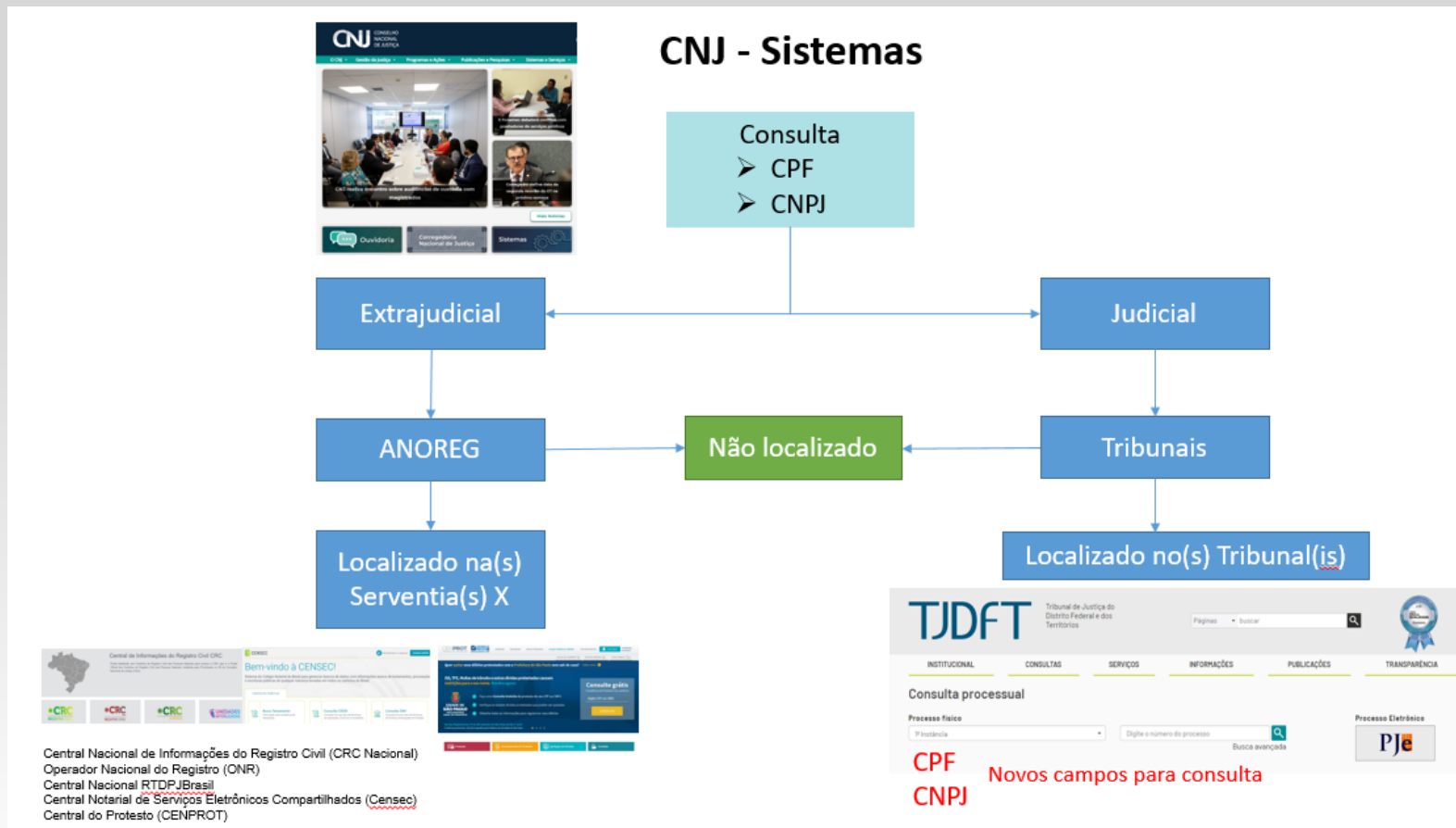
Cesta de opções

	CLASSES	ODS		CLASSES	ODS
Processo Civil e Processo do Trabalho	Procedimento de Conhecimento		Superior Tribunal de Justiça	Agravo em Recurso Especial	
	Requisição de pequeno valor			Recurso Especial	
	Execução Fiscal			Habeas Corpus	
Processo Criminal	Inquérito Policial		Procedimentos pré-Processuais e Resolução Consensual	Reclamação pré-processual	
	Carta precatória Criminal			Pedido de mediação pré-processual	
	Ação penal – Procedimento ordinário			Prestação de contas – eleição	
	Requisição de Pequeno Valor			Prestação de contas – partidos políticos	
Procedimentos Administrativos	Precatório		Processo Eleitoral	Recurso Eleitoral	
	Processo Administrativo			Procedimentos Investigatórios	
Juizados da Infância e Juventude	Processo de Conhecimento/Cível		Processo Militar	Representação por perda da graduação	
	Processo de Apuração de Ato Infracional				

	ASSUNTOS	ODS		ASSUNTOS	ODS
Direito do Trabalho	Verbas rescisórias		Direito Processual Penal	Execução peal – progressão de regime	
	Salário por equiparação			Prisão em flagrante	
	Assédio moral			Prisão preventiva	
Direito Civil	Contratos bancários		Direito da Criança e do Adolescente	Ato infracional – tráfico e uso	
	Fixação de alimentos			Seção cível – medidas de proteção	
Direito Processual Civil	Direito de Imagem – dano moral		Direito da Saúde	Medidas sócio educativas – liberdade assistida	
	Execução/obrigação de fazer			Fornecimento de medicamentos	
	Cartas Precatórias			Tratamento Médico-Hospitalar	
Direito Penal	Honorários advocatícios		Registro Públicos	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos	
	Crimes previstos na legislação extravagante – tráfico			Registro Civil – retificação de nome	
	Crimes contra o patrimônio – roubo			Registro de Imóveis – bloqueio de matrícula	
Direito do Consumidor	Lesão corporal – Violência doméstica contra a mulher		Direito Penal Militar	Protesto de Títulos – cancelamento de protesto	
	Dano Moral – inclusão Indevida em cadastros de inadimplentes			Crimes contra o patrimônio – furto qualificado	
	Contratos bancários – expurgos inflacionários/planos econômicos			Crimes contra a pessoa – lesão leve	
	Práticas abusvas			Crimes contra o serviço militar - deserção	
Direito Tributário	Impostos – IPTU		Direito Internacional	Casamento e divórcio	
	Dívida Ativa			Prestação de alimentos	
Direito Previdenciário	Contribuição Corporativas – Conselhos Regionais		Direito Processual Penal Militar	Nacionalidade	
	Benefícios – auxílio-doença previdenciário			Execução de Penas restritivas de direitos – proibição de frequentar lugares	
	Restabelecimento de benefícios			Ação penal militar – Irregularidade na composição do Conselho	
Direito Administrativo	RMI – alteração do coeficiente de cálculo		Direito Marítimo	Jurisdição e Competência da Justiça Militar Estadual	
	Servidor Público – Gratificações de atividade			Responsabilidade contratual – profissionais marítimos	
Direito Eleitoral	Serviços – fornecimento de medicamentos				
	Prestação de contas – candidato		Serviços auxiliares de navegação – agenciamento		
	Alistamento eleitoral - cancelamento				
	Prestação de contas – partidos políticos				

Como Criar Elos De Ligação para Consulta Integrada De Dados No Poder Judiciário

- Cadastro Nacional Integrado de Consulta de Dados Notariais e de Registro (CNICD) do Poder Judiciário Brasileiro
- Cadastro Nacional Integrado de Consulta de Dados Processuais (CNICP) do Poder Judiciário Brasileiro.





ODS 13 - AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA / 14 - VIDA NA ÁGUA / 15 - VIDA TERRESTRE

Atualizado: DEZ/2019

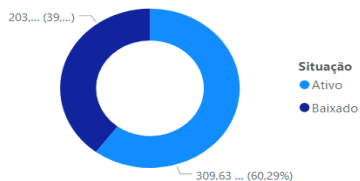
509,48 Mil
Qtd de Processos

R\$9,35 Tri
Valor da Causa

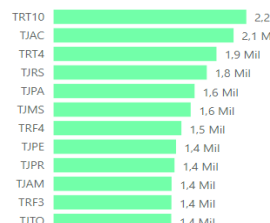
Tempo médio em dias - Baixados
1298

Tempo médio em dias - Ativos
981

Situação do processo



Tempo por Tribunal



Indicador

Indicador	Qtd de Processos
Tempo médio de julgamento das ações penais que envolvam grandes desastres.	4
Tempo médio das ações judiciais referentes ao meio ambiente.	509472
Tempo médio das ações judiciais referentes a revogação e concessão de Licença Ambiental	9424
Total	509476

Nº do Processo

Situação

Valor da Causa

Grau

Média de Tempo do ajuizamento à baixa

Média de Tempo do ajuizamento à data atual - Ativos

Descrição Assunto

Qtd de Processos

TJAM_65_G1_5102_00001900720138044500	Ativo	R\$0	G1	368155	
TJSP_10944_G1_10742_00008770920178260627	Ativo	R\$0	G1	324492	
TJAC_65_G1_3632_00067474720098010001	Baixado	R\$0	G1	73107	
TJPA_293_G1_23112_00001849018888140009	Ativo	R\$0	G1	47862	
TJAM_293_G1_5050_00002715420138042301	Baixado	R\$0	G1	43176	
TJCE_1116_G1_10969_0000813072008060027	Ativo	R\$440.478	G1	41896	
Total		R\$9.347.670.659,074		1298	

Usucapição Extrajudicial

226 mil

Atas Notariais já foram lavradas por Tabelionatos de Notas do Brasil para a comprovação da posse prolongada e ininterrupta de bens imóveis para dar início ao processo de Usucapição Extrajudicial, procedimento mais simples e célere de regularização de propriedades instituído pela Lei Federal nº 13.127/2016, que permitiu que este ato passasse a ser realizado diretamente em Cartórios do País.



Total geral
226.842

AC	61
AL	373
AM	895
AP	72
BA	1.855
CE	758
DF	810
ES	2.177
GO	20.877
MA	1.048
MG	22.396
MS	1.068
MT	2.858
PA	240
PB	484
PE	2.357
PI	185
PR	53.327
RJ	4.250
RN	449
RO	2.097
RR	175
RS	25.605
SC	29.340
SE	2.108
SP	50.296
TO	681

Total de atas notariais

2015

44.201

2016

56.659

2017

67.806

2018*

58.176

Total geral

226.842

*Consulta realizada em 09 de setembro

RADAR ODS

AMÉRICA LATINA

Nível Centro de Governo

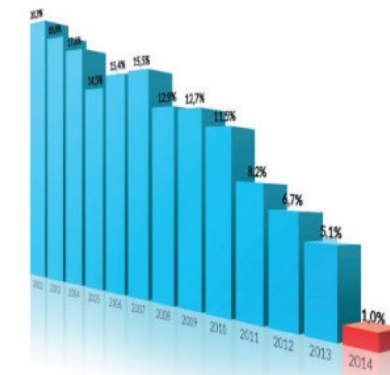


TCU
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Cidadania

1% é o índice de crianças sem a certidão de nascimento no Brasil – percentual considerado pela ONU como erradicação da falta da certidão de nascimento.

O Brasil erradicou o índice de crianças sem registro de nascimento, tendo atingido a marca histórica de 1% de sub-registro no ano do nascimento ou até o fim do terceiro mês do ano seguinte, de acordo com o estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em novembro de 2015. Este índice supera em larga escala a meta de 5% estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).



ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Atualizado: DEZ/2019

2,21 Mi
Qtd de Processos

R\$206,96 Bi
Valor da Causa

Tempo médio em dias - Baixados
621

Tempo médio em dias - Ativos
553

Situação do processo

Situação

Valor da Causa

Grau

Média de Tempo do ajuizamento à baixa

Média de Tempo do ajuizamento à data atual - Ativos

Descrição Assunto

Qtd de Processos

TRT1	Ativo	R\$0	G2	279	1048
TRT1	Ativo	R\$0	G2	412	1056
TJSP	Ativo	R\$0	G2	224	771
TJPI	Ativo	R\$0	G2	555	911
TRT20	Ativo	R\$0	G2	51	404
TRT21	Ativo	R\$0	G2	206	630
TRT7	Ativo	R\$0	G2	186	1056
TJSC	Ativo	R\$0	G2	31	588
TRT4	Ativo	R\$0	G2	31	588
TRT5	Ativo	R\$0	G2	31	588
Total		R\$206.955.855.299		621	553



Conselheira Maria Tereza Uille Gomes

CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Convite do CNJ à AJUFE

COOPERAR E PARTICIPAR POR MEIO DO LIODS/CNJ PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE CASO E ENCONTRAR, POR MEIO DO DIÁLOGO, SOLUÇÕES INOVADORAS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA RELACIONADOS A AGENDA 2030 E OS MEIOS DE DESJUDICIALIZAÇÃO OU PREVENÇÃO.

- ✓ Plano de Trabalho Internacional com Sistema ONU Brasil-CNJ-CNMP, e ações articuladas com o PNUD e 24 agências
- ✓ Participar dos LIODS/CNJ e replicar o Plano de Ação nas Regiões
- ✓ Cooperar na mobilização dos Tribunais para que cada um apresente no ano de 2020 Plano de Ação de grande impacto resolutivo
- ✓ Participar de painel do II Encontro Ibero Americano (8 e 9 de junho/2020)
- ✓ Interagir com o Banco Mundial e o Global Fórum, sediado em Washington



28/JAN

Comissão da Ajufe acompanhará implementação da Meta 9 do CNJ



Conselheira Maria Tereza Uille Gomes

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Obrigada!

Conselheira Maria Tereza Uille Gomes

gab.uille@cnj.jus.br

